

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS NA FALA DO RIO DE JANEIRO

Dinah Callou
M. Cristina Rigoni Costa
UFRJ

1. Do rural ao urbano?

Em *Língua Portuguesa e realidade brasileira*, Celso Cunha (1970: 58) afirma: "*O Brasil foi no decurso de quatro séculos um vasto país rural*".

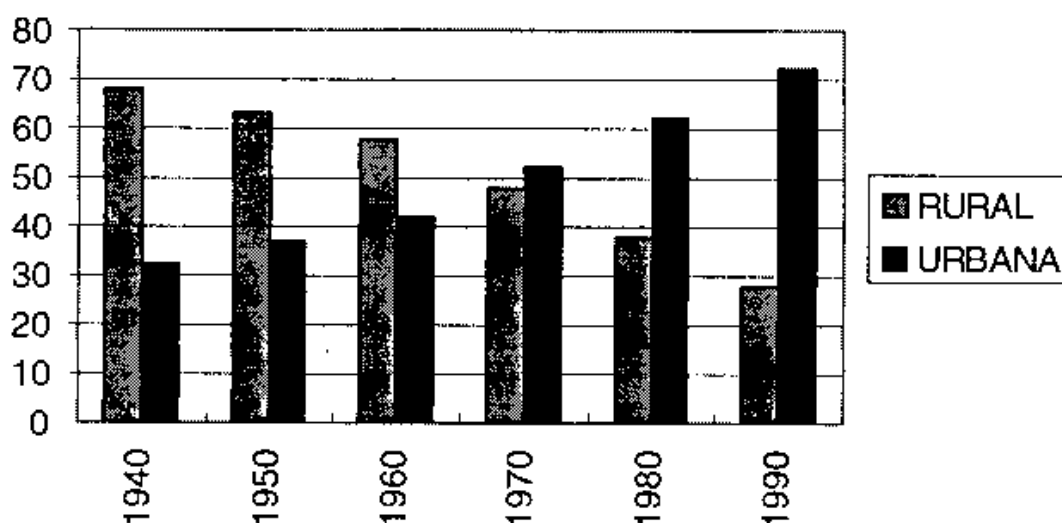
Para refletirmos sobre as conseqüências lingüísticas desse fato, antes de mais nada, é necessário acompanhar a evolução da língua portuguesa no Brasil, paralelamente ao desenvolvimento sociocultural do país. É fundamental lembrar alguns aspectos ligados à história externa do português do Brasil, que ajudam a explicar suas tendências diversificadoras e ao mesmo tempo unificadoras, suas tendências conservadoras e inovadoras.

Toda a estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora dos meios urbanos e, se não podemos considerar uma civilização agrícola a que os portugueses instauraram no Brasil, pelo menos podemos considerá-la uma civilização de raízes rurais.

Antonio Cândido, no prefácio de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Hollanda (1971: XVI), analisa a marca da vida rural na formação da sociedade brasileira e a relação rural-urbano, que determina em vários níveis a fisionomia do país: [...] "*Repousando na escravidão, ela [a sociedade] entra em crise quando esta declina e, baseando-se em valores e práticas ligadas aos estabelecimentos agrícolas, suscita conflitos com a mentalidade urbana*".

A partir da vinda da Família Real, há o primeiro choque nos padrões coloniais. A passagem do rural ao urbano, isto é, o predomínio da cultura das cidades, ocorre lentamente. O gráfico 1, que apresenta dados percentuais sobre a população brasileira rural X urbana, nas últimas cinco décadas, segundo dados do IBGE, permite visualizar essa mudança recente da geografia humana brasileira.

POPULAÇÃO BRASILEIRA 1940 – 1990



Com o aparecimento de algumas cidades, crescimento de outras, algumas tornadas centros irradiadores de cultura, modifica-se o panorama lingüístico do Brasil.

É necessário lembrar, entre outros aspectos, que nos séculos XVI e XVII vieram para cá indivíduos de distintas regiões de Portugal e que, pelo imobilismo cultural, a língua portuguesa se desenvolveu, durante séculos, em condições socioculturais mais propícias à conservação que à renovação de suas formas.

Por outro lado, é um desvio metodológico presumir, na expansão do português no Brasil, uma forma lingüística única, pois sabemos, por exemplo, que, inicialmente, a colonização foi feita na base de casais portugueses, com miscigenação relativamente insignificante, e que há regiões, como o Rio Grande do Sul, por exemplo, que só foram realmente povoadas no século XVIII e por processo diferente do ocorrido no resto do país.

A origem dos colonizadores, as diferenças de colonização e as conseqüências lingüísticas desse contato heterogêneo são temas que vêm à tona a todo instante.

Passado o momento inicial de colonização, desencadeia-se um processo de mestiçagem e interpenetração de culturas, a dos europeus e a dos habitantes da terra e, mais tarde, a dos negros, que se reflete na história do Português do Brasil.

Com a coexistência das três culturas dá-se, por assim dizer, o clímax da expansão territorial, produzindo-se uma nivelção lingüística, embora, até meados do século XVIII, não houvesse consciência de unidade, mas de multiplicidade.

Discute-se, até hoje, uma possível influência indígena e africana no português do Brasil, e uma eventual formação de crioulos e semicrioulos (cf. Serafim da Silva Neto, Gladstone Chaves de Melo, Révah, Guy (1981), Naro (1981/86), Mussa (1991). Sérgio Buarque de Holanda (1988) informa, com base em relatório escrito por volta de 1692, pelo então governador do Rio de Janeiro, que os filhos de paulistas aprendiam primeiro a língua indígena e só depois a materna, isto é, a portuguesa. Na corte, a língua portuguesa se impôs, mas, em São Paulo e no Amazonas, venceu a língua geral. Essa disputa lingüística durou dois séculos e meio e há referências, em José Honório Rodrigues (1985: 25), de estar, em 1755, a língua portuguesa tão banida em São Luís e Belém que só o tupi se falava naquelas cidades.

Ainda segundo esse autor (1985: 47), *"o processo cultural que impôs uma língua vitoriosa sobre as outras não foi assim tão pacífico nem tão fácil"*. A "vitória" real da língua portuguesa veio a ser observada mais claramente na Assembléia Constituinte de 1823, quando os representantes de várias províncias observaram a igualdade da língua que todos falavam, apesar das diferenças de "prosódia". Esta hegemonia não dependeu de fatores lingüísticos mas sim históricos e, desde então, uma língua padrão se formou – embora com variedades regionais e sociais – e passou a gozar de prestígio.

A questão da diversidade da língua portuguesa é bastante complexa e não se restringe à dicotomia rural x urbano. Segundo Celso Cunha (1972), desde a época colonial, o que ocorreu no Brasil foi uma situação de *diglossia*: *"de um lado a língua popular, entregue à sua sorte na boca de tantas e tão variadas comunidades de analfabetos (...) de outro a língua dos doutores e dos padres, dos bacharéis bem falantes..."*

Na verdade, o estágio atual das pesquisas sociolinguísticas no Brasil já permite afirmar que mesmo os indivíduos que tiveram acesso à educação formal utilizam, nos registros não-formais, padrões típicos da chamada língua popular, recorrendo a padrões idealizados, mais característicos da modalidade escrita, em situação em que está em jogo seu prestígio social.

2. Estratégias discursivas em *corpora* orais: uma análise comparativa

Restringindo o nosso enfoque ao Rio de Janeiro e considerando que, nesse Estado, precisamos distinguir necessariamente uma área urbana (N/S), uma área suburbana e uma área rural, serão abordados, alguns aspectos dessa diferenciação linguística, resultantes da interação de falares, rurais x urbanos, padrão x não-padrão, com base em dados de entrevistas realizadas com falantes urbanos, cultos (com nível superior de escolaridade) e não-cultos (de baixo nível de escolaridade), e rurais (de baixo nível de escolaridade) do Estado do Rio de Janeiro, por três Projetos de pesquisa que se desenvolvem na Universidade Federal do Rio de Janeiro, o Projeto NURC, o Projeto PEUL e o Projeto APERJ. Vale salientar que essa subdivisão diatópica não é estanque, pois os falantes que pertencem a um universo misturam-se a outros universos e a linguagem do Rio de Janeiro é, conseqüentemente, produto da interação de falares.

A atual estrutura do Estado do Rio de Janeiro nada mais é que a expressão de um processo de estratificação espacial que se vem desenvolvendo há bastante tempo, mesmo que de forma linear descontínua (Abreu, 1987). A antiga situação, em que o núcleo se via separado de suas periferias com a divisão da Região Metropolitana em dois estados, contribuiu ainda para reforçar sobremaneira a dicotomia núcleo / periferia.

Nesses *corpora* citados, cada um com suas características, devido às próprias finalidades da pesquisa, os locutores argumentam, descrevem, narram, usando estratégias discursivas em função de sua realidade bio-social e de seus objetivos.

Selecionou-se a argumentação para ilustrar as diferenças de enfoque do homem urbano (de diferentes graus de escolaridade) e do rural e tentar-se-á descrever diferentes estratégias para o desenvol-

vimento de uma argumentação, no pressuposto de que, por exemplo, argumentações e descrições sejam mais propícias à generalização do sujeito do que narrativas, mesmo em falantes não-cultos e rurais.

Embora alguns lingüistas defendam a proposta de que "*o ato lingüístico fundamental*" é o ato de argumentar, o conceito de argumentação para este trabalho será restringido, entendendo-se argumentação no sentido mais específico de um gênero de discurso, em que há uma avaliação de idéias, fundamentação de opiniões, gênero este oposto a narração e descrição, embora, muitas vezes, interligado a eles. A argumentação, vale observar, não é necessariamente o tipo de discurso que prevalece quantitativamente em todos os textos orais que serão objetos de análise neste trabalho.

Partiu-se da hipótese de verificar se existem semelhanças formais na estruturação dos textos que indiquem processos diversos, marcas lingüísticas formais, gramaticais próprias, na produção de enunciados por parte de falantes de áreas e formações distintas.

Apontar características comuns ou divergentes nesses corpora visa a 1) levantar, de um lado, questões como a de se o poder de argumentar representa um meio de diferenciar falantes que nem sempre desempenham os mesmos papéis na sociedade e 2) de outro, chamar a atenção de outros estudiosos, até mesmo de outras áreas fora da lingüística, para um estudo dessa natureza, aqui apenas esboçado.

Não se pode esquecer que os diálogos analisados apresentam uma assimetria – em vários níveis – entre locutor e documentador.

Os itens seguintes irão descrever as estratégias discursivas a serviço da argumentação em cada texto focalizado. Para tal fim, foi selecionado um trecho de cada *corpus*, que, em seguida, foi segmentado em unidades temáticas. Para descrever a micro-estrutura de cada texto, foram observados os seguintes aspectos: vocabulário concreto ou abstrato, graus de definitude do sujeito¹, uso dos tempos verbais, marcadores argumentativos, modalização, estruturação das unidades oracionais, interação com outros gêneros discursivos.

3. Estratégias argumentativas no corpus NURC

Algumas características pragmáticas de constituição do *corpus NURC* devem ser lembradas, por estarem diretamente relacionadas aos objetivos da análise a ser apresentada – é um *corpus* composto por

gravações de quarenta minutos de falantes cariocas, com curso superior completo e que passaram a maior parte de sua vida na região urbana. As entrevistas são dirigidas por um pesquisador-documentador, que pretende deter, portanto, o "poder" de determinar o tema, as maneiras de abordá-lo, o grau de profundidade no seu tratamento e o tempo de exposição; acrescenta-se a isso o fato do conhecimento, por parte do entrevistado, da motivação do texto que está produzindo – uma análise do uso da língua e do vocabulário utilizado – e dos requisitos que ele, entrevistado, preenche – curso superior completo – o que lhe confere um sentimento de maior responsabilidade; acrescenta-se, também, o momento histórico da produção de tais textos – início da década de 70, em plena ditadura militar (1972 a 1975). Tal situação gera uma assimetria na relação entre os interlocutores, já que documentador e entrevistado não participam efetivamente de um diálogo. Trata-se, portanto, de uma situação discursiva marcada – a conversação é semi-formal e mistura características pressupostas pelo discurso escrito, em termos de complexidade estrutural.

Selecionaram-se trechos argumentativos em três *corpora*, na intenção de apresentar hipóteses sobre a distinção rural x urbano, apoiando-nos na constatação de que o momento de argumentar é o momento de arregimentação de grande número de recursos lingüísticos, momento marcado pela busca de uma maior eficácia na interação – oferece-nos, portanto, enquanto observadores, a possibilidade de avaliar estratégias que criam estruturas mais complexas do que as exigidas em momentos de base exclusivamente narrativa ou descritiva.

Não se está, com isso, partindo de uma visão de tipologia textual que postule, para cada texto, um só gênero. Ao contrário, trabalha-se com a suposição de que um texto se define por sua finalidade situacional – todo ato de linguagem tem uma intencionalidade e se submete a condições particulares de produção – e, portanto, para construí-lo, o falante faz uso de gêneros distintos, combinando-os em função de estratégias discursivas.

Baseando-nos em Givón (1984/199) e d'Ávila (1993), atribui-se ao texto argumentativo algumas categorias funcionais básicas, por contraste ao que já tem sido comprovadamente detectado em trechos de intenção narrativa, por estudos de base funcionalista. Assim, se para a narração utilizam-se, como recursos discursivos, a maior definitude da expressão do sujeito, a seqüencialidade de episódios, a compacta-

ção, pontualidade e completude aspectuais, a expressão temporal do pretérito, o modo realis, vocabulário + concreto, traço de + ação nos conteúdos verbais, unidades frasais mais independentes, supomos que, para a construção do texto argumentativo, tais categorias sejam marcadas diferentemente. Isso se justifica pela suposição de que, mudando a situação e os objetivos discursivos, mudem também as estratégias utilizadas pelo falante, que passa a fazer uso de categorias por ele consideradas mais salientes, informativas e memoráveis na codificação e comunicação de suas experiências. Desta maneira, a coesão/coerência de um trecho argumentativo será mantida, segundo nosso ponto de vista, graças aos seguintes aspectos:

- maior grau de indefinidade do sujeito
- vocabulário mais abstrato
- estrutura frasal subordinativa
- modo irrealis
- temporalidade presente, futuro, habitual
- aspectualidade inconclusa
- alta frequência de conectores coesivos e de operadores de modalização.

Observam-se algumas dessas categorias e pode-se constatar que, no *corpus* NURC/RJ, elas se comportaram como o esperado.

Distinguem-se, inicialmente, no *corpus* NURC, dois tipos de estruturação discursiva:

a) aqueles locutores que se limitam, por diversas razões, a responder, de maneira objetiva, a inquirição do documentador. Constituem-se, tais inquéritos, por respostas curtas, às vezes hesitantes, por pequenas narrações ou descrições.

b) aqueles que, por iniciativa própria ou por familiaridade com o tema, empenham-se em longas exposições, altamente argumentadas, provocadas pelas questões temáticas apresentadas. Nesse tipo de texto, instaura-se uma particular combinação da categoria gênero discursivo: tentando construir uma *exposição* aprofundada sobre o tema proposto, nosso locutor passeia pelos diferentes tipos de texto, alternando planos, *descrevendo* pessoas, lugares ou coisas, *narrando* situações em que esteve envolvido ou que são exemplares para a tese que está querendo comprovar, e para a qual ele vai tecendo toda uma *argumentação*,

levantando questões, acrescentando comentários, desculpando-se por não saber ou não poder dizer tudo que é esperado dele, naquele momento, na abordagem de cada tema ou subtema.

É de um desses locutores o trecho selecionado para esta nossa abordagem. Trata-se de um inquérito sobre o tema Dinheiro, banco, finanças, de uma mulher de faixa etária 1, realizada em 1972.

A partir da divisão da entrevista em onze unidades temáticas, seleciona-se a última, em que a locutora aborda a maneira como o povo se relaciona com a moeda e a questão econômica. Esta unidade é antecedida por uma unidade composta de perguntas e respostas objetivas sobre valorização e desvalorização da moeda (parece tão atual esse tema!) A partir de uma pergunta, também objetiva, tem início a unidade 11: " Como é que o povo chama esse estado de coisas? (a desvalorização da moeda)"

- 1 D – Como é que o povo chama esse estado de coisas?
- 2 L – Isso é o que me toca muito, sabe? Seres humanos me tocam muito,
- 3 cifras em geral eu sou meio, sabe, desligada de cifras e técnicas. E em
- 4 matéria de cifras toda a minha, vamos dizer assim, todo o meu eu é
- 5 versado assim muito na preocupação do ser humano.
- 6 Então se você quer saber em termos de seres humanos, eu acho que na
- 7 realidade não só aqui no Brasil, mas como no mundo todo, a turma está
- 8 sofrendo terrivelmente o problema da má distribuição do dinheiro. Eu
- 9 acho que nós não podemos ficar assim totalmente alheios ao que está se
- 10 passando, porque nós vemos que a população, vamos dizer, brasileira
- 11 está sofrendo uma estupidez, mas sofrendo mesmo. Sofrendo e isso é
- 12 algo que faz pensar porque, em geral, nós quando pensamos em
- 13 problemas de dinheiro, nós pensamos assim em termos de, de, da fome
- 14 Mas gente, não é só a fome. A fome é uma coisa realmente terrível,
- 15 mas existe algo ainda além da fome, é o problema da turma, por
- 16 exemplo, que quer estudar e não pode. Hoje em dia é uma coisa
- 17 impressionante, eu tenho colegas e vejo pessoal aí querendo estudar, o
- 18 preço dos livros é uma estupidez. É uma coisa assim que a gente não
- 19 compreende. Era preciso assim que as bibliotecas tivessem montanhas
- 20 de livros, cada exemplar tivessem dez, vinte volumes, pra que todos
- tivessem acesso, porque hoje é um problema imenso.
- 18 Agora, deixando esse problema assim da turma que quer estudar e mui-
- 19 tas vezes não pode, se nós vamos cair então na, no problema do sujeito
- 20 de favela ou pior, o sujeito lá do interior, lá do nordeste, que realmente

- 21 está passando muitas vezes fome, e que não tem condições, eu não vejo
22 como. Olha, há populações tão abandonadas, que eu soube de um avião
23 que caiu há po... há um pouco tempo atrás, eh, numa cidadezinha
24 muito distante da Amazônia, então, acreditem vocês que o povo de lá
perguntou como ia o presidente Getúlio Vargas (riso), não é?
- 25 A, a falta de informação, quer dizer, o subdesenvolvimento é algo
26 assim que faz pensar, que me toca muito mas, olha, gente, toca de tal
27 forma que, eh, eu nem sei, é o tipo de assunto assim que é talvez assim
28 difícil resumir, porque eu no fundo sinto uma certa revolta contra esse
29 estado de coisas, eu não aceito muito isso, quer dizer, que a coisa esteja
tão mal dividida.
- 30 Eu não imagino por exemplo que devesse haver um sistema em que as
31 coisas fossem muito modificadas. Eu, por exemplo, não seria favorável
32 a uma revolução nesse sentido. Eu sou muito mais favorável a uma
33 educação nesse sentido, porque uma re... uma revolução pra mudar o,
34 esse estado de coisas, simplesmente mudariam as pessoas que estão no
35 poder. Então isso não traria qualquer, eh, modificação. E eu não digo
36 isso em rela... em termos de Brasil, não, eu digo em termos mundiais,
37 quer dizer, a fome no mundo, não é ? Então eu acredito e aqui seria
38 assim um apelo a vocês universitários, no sentido de uma nova educa-
39 ção, quer dizer, que nós pudéssemos educar as novas gerações no sen...
40 no sentido de uma nova justiça. Porque infelizmente nós vemos pessoas
que já foram às vezes muito pobres, lutaram muito e quando elas atin-
gem uma certa posição, elas passam a massacrar aqueles que estão
lutando também.
- 41 Então eu acredito não numa revolução, eu acredito numa educação pra
mudança de base.
- 42 E se depois dessa eu não for chamada no DOPS, eu me dou por muito
feliz (riso)

Em vez de uma resposta objetiva, tipo " inflação", tem início um longo trecho argumentativo em que o locutor, aproveitando-se da presença da palavra "povo" na questão do documentador, resolve desenvolver uma análise sobre as condições de vida do povo brasileiro. Nesta análise, o locutor apresenta os problemas, fornece exemplos reais, apresenta soluções e comenta a sua relação pessoal com as questões apresentadas, que são as seguintes:

primeiro problema	a má distribuição de renda no Brasil e o sofrimento da população
segundo problema	fome
terceiro problema	a impossibilidade de o povo estudar
comprovação do terceiro problema	o preço dos livros
solução para o terceiro problema	mais acesso da população a bibliotecas
retomada do segundo problema	povo do interior e das favelas passando fome e sem acesso à informação
comprovação do segundo problema	episódio do avião
resumo dos problemas	o subdesenvolvimento
não-solução	revolução
solução	educação
conclusão	educação para mudança de base

O turno analisado organiza-se em seis subunidades, que refletem as estratégias adotadas pelo falante para desenvolver a argumentação. Vale destacar a grande presença de comentários personalizados, (como "gosto de falar de povo", " não se pode ficar alheio", "isso faz pensar", "isso me toca muito"). que vão pontuando todo o texto, contrastando com afirmações genéricas, onde predomina um vocabulário abstrato e genérico.

Em quase todos os comentários, existe a preocupação de evidenciar uma posição política – a preocupação com a população pobre do país, observada de um patamar superior e diferenciado. Em virtude do momento histórico (1972), nota-se a preocupação do locutor em relativizar algumas de suas afirmações, o que se esclarece no comentário final (sobre o DOPS, órgão de repressão da ditadura militar). Tal atitude justifica a grande concentração de recursos de modalização quase ao final do turno, no longo trecho que vai das linhas 24 a 34, onde o locutor utiliza dezesseis elementos que, reunidos, são responsáveis pelo caráter evasivo de seu comentário (assim, talvez, eu nem sei, eu não digo, devesse, fossem, seria, mudariam, traria, não (6 vezes), uma certa).

São as seguintes as subunidades identificadas:

subunidade 1 – comentário introdutório (linhas 2 a 4)

- subunidade 2 – apresentação do problema (linhas 5 a 11):
 - a) primeiro aspecto do problema
 - b) comentário
 - c) apresentação
 - d) contraponto
- subunidade 3 – segundo aspecto do problema (linhas 12 a 17):
 - a) apresentação
 - b) comprovação concreta
 - c) solução
- subunidade 4 – terceiro aspecto do problema (linhas 18 a 24):
 - a) apresentação
 - b) comprovação
 - c) comentário
- subunidade 5 – resumo dos problemas (linhas 25 a 39)
 - a) apresentação
 - b) comentário
 - c) solução
 - d) contraponto
- subunidade 6 – fechamento (linhas 40 e 41)
 - a) conclusão (40)
 - b) comentário final (41)

A partir da distribuição das subunidades temáticas, analisa-se o comportamento de alguns aspectos lingüísticos que são diretamente responsáveis pela estruturação do texto argumentativo: o grau de definitude do sujeito, a estruturação frasal, o uso dos tempos verbais, o grau de concretude do vocabulário, o uso de operadores de argumentação e de modalização.

1. graus de definitude da expressão do sujeito:

A partir de uma escala de 0 a 5 (do mais específico ao mais genérico), pode-se observar uma clara distribuição:

- grau 0 – maior grau de especificidade – trechos de comentários do locutor (eu, 19%, você, 2%);
- grau 1 – embora específicos, apresentam baixo grau de concretude – referem-se aos problemas apresentados na exposição (ex: fome, assunto, preço dos livros – 10%);

- grau 2 – referem-se, eufemicamente, ao povo brasileiro, e são, neste texto, essenciais à argumentação (população, seres humanos, o povo, a turma – 15%);
- grau 3 – nota-se um uso genérico de nós (9%) e a gente (1,2%) em estruturas de comentário;
- grau 4 – os sujeitos explícitos mais genéricos aparecem nos trechos argumentativos (as pessoas, a coisa, o sujeito, o pessoal – 28%);
- grau 5 – a ausência de sujeito é responsável por 14% de ocorrências, nos comentários avaliativos sobre o problema apresentado.

Esses resultados correspondem ao esperado, em termos de uma suposta tendência à generalização atribuída ao falante com muito tempo de escolarização e grande treinamento para o pensamento mais abstrato.

Observe-se a alta frequência dos graus 2, 3, 4 e 5 (genéricos – 68%), que, somados, atingem o dobro da frequência dos graus 1 e 2 (específicos – 32%).

Para observar o comportamento desses índices ao longo do texto, distribuídos pelas subunidades temáticas, elaborou-se o gráfico 1, em que se pode comprovar que, nas subunidades em que se desenvolvem as estratégias de argumentação, a frequência dos sujeitos genéricos é nitidamente maior.

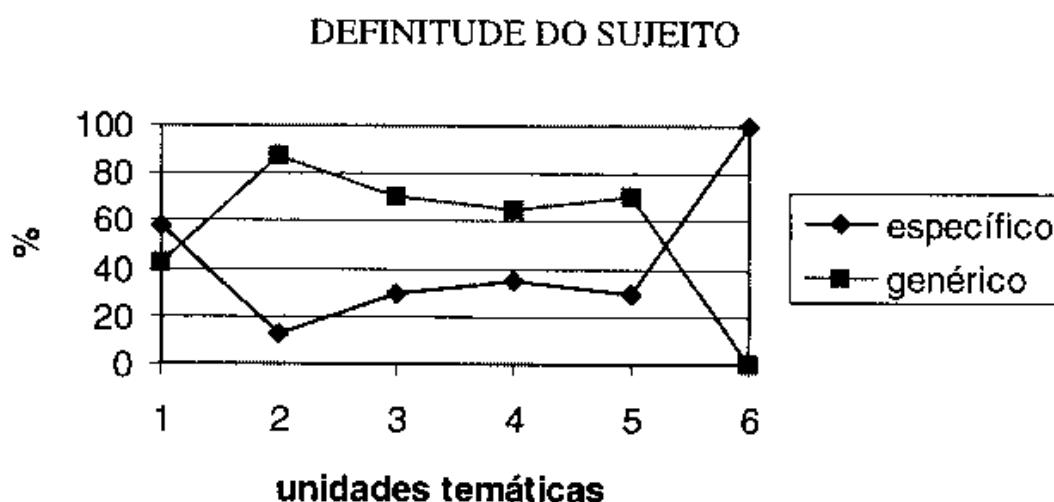


Gráfico 1: Definitude do Sujeito por unidade temática

2. A estruturação frasal:

É significativa a alta freqüência de estruturas subordinadas. Bem de acordo com sua convivência com a língua escrita, o falante NURC organiza seu texto com base em tal padrão. Quando apresenta os problemas, os contra-argumentos, as soluções, seu texto é altamente subordinativo; quando vai pontuando seu texto com comentários, utiliza-se de orações absolutas. No texto analisado, em que é grande o número de comentários – talvez por conta da questão polêmica de estar falando sobre fome e analfabetismo em plena ditadura militar – encontramos os seguintes resultados:

subordinadas – 55 (70.5%)	substantivas – 6 (7.6%)
	adjetivas – 18 (23%)
	adverbiais – 19 (24%)
principais – 12 (15.3%)	absolutas – (23%)
não subordinadas – 23 (29.5%)	coordenadas – (6.4%)

Conforme se pode observar no gráfico 2, as unidades 4 e 5, núcleos da argumentação, apresentam uma alta freqüência de estruturas subordinadas, em que têm destaque especial as causais. Já nas unidades 2, 3 e 6, em que há maior incidência de comentários, confluem os índices de subordinadas e não-subordinadas.

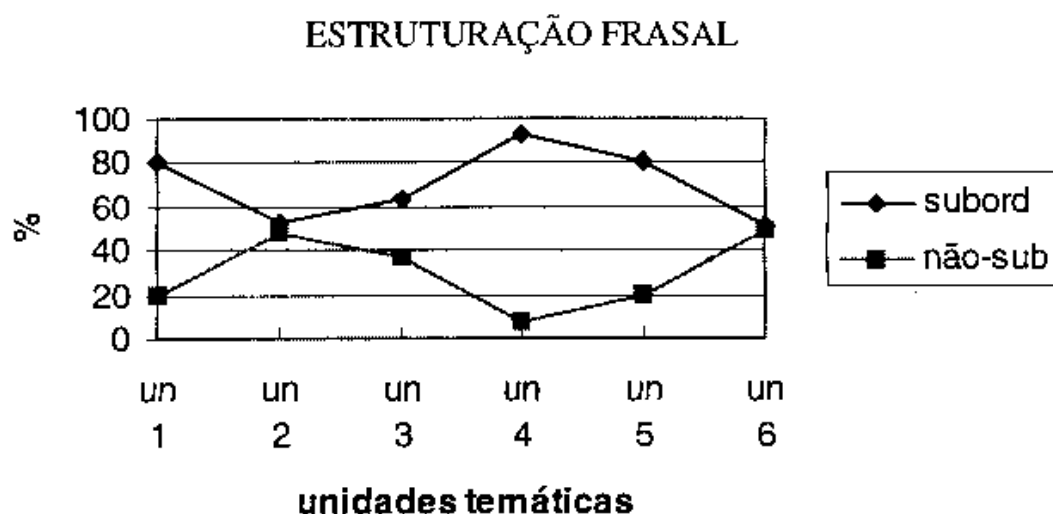


Gráfico 2 : Estruturação Frasal por unidade temática

3. o uso dos tempos verbais

O gráfico 3, obtido a partir das porcentagens de frequência dos tempos verbais, no total do texto e por subunidade temática, reafirma nossas expectativas sobre o texto argumentativo: evidente predomínio do tempo presente, principalmente o atemporal, habitual; nas unidades marcadamente argumentativas (3, 4 e 5) aumento de frequência das formas hipotéticas (futuro do pretérito e formas do subjuntivo) e de infinitivo (em virtude da presença dos verbos modais poder, dever, querer e saber); presença do pretérito perfeito para narrar um pequeno episódio ilustrativo para o desenvolvimento da argumentação.

Os valores totais são:

presente – 59 (64.8%)	presente do subj. – 1 (1.1 %)
futuro do pretérito – 4 (4.3%)	imperf. do subj – 6 (6.5%)
pretérito perfeito – 5 (5.4 %)	futuro do subj. – 2 (2.1%)
pretérito imperfeito – 2 (2.1 %)	infinitivo – 12 (13.1%)
	gerúndio – (2.1%)

TEMPOS VERBAIS
por unidade temática

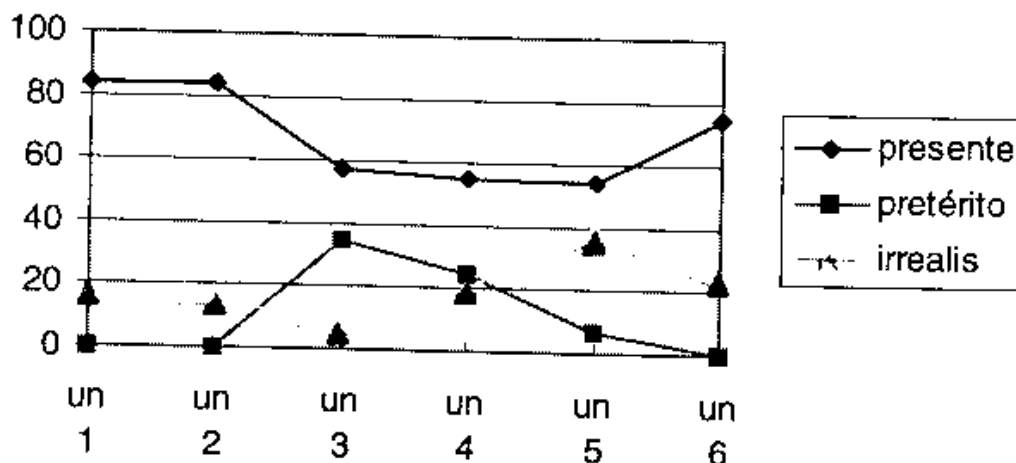


Gráfico 3: Tempos verbais por unidade temática

4. o grau de concretude do vocabulário

Para desenvolver suas hipóteses sobre o subdesenvolvimento brasileiro, suas causas e conseqüências, o locutor faz uso de um vocabulário marcadamente abstrato < distribuição, preocupação, revolução, justiça, sistema, informação, fome, problema, estado de

coisas >, por exemplo, que corresponde a 53% do total de ocorrências substantivas. Quando recorre a unidades lexicais [- abstratas] (47%) elas se caracterizam pelo traço [+ genérico] <seres humanos, cifras, mundo, população, técnicas, bibliotecas, sujeito >. O vocabulário mais concreto <avião, cidadezinha, Getúlio Vargas, DOPS> aparece apenas nos poucos momentos de exemplificação.

5. o uso de operadores de argumentação e modalização

A alta frequência de operadores de argumentação e de modalização deve ser destacada como uma das principais características distintivas do texto NURC analisado. Como nossos locutores usam e abusam de tais recursos ! Em um trecho tão pequeno, encontramos 18 operadores argumentativos (se, mas, então, agora, porque, e) e 16 operadores de modalização (eu acho que, na realidade, realmente, vamos dizer assim, talvez, assim).

Esse acúmulo de recursos argumentativos funciona como uma das estratégias discursivas mais evidentes, no texto analisado. Generalizando, consideramos esse recurso uma das marcas distintivas do falante NURC, sempre preocupado ora em justificar suas opiniões, ora em relativizá-las.

Tais resultados não surpreendem. Embora se tenham apresentado quantificações relativas a apenas um inquérito, elas ilustram tendências do falante NURC, comprovadas em outros trabalhos realizados no Rio de Janeiro, que levaram em conta categorias discursivo-funcionais: tempo e modalidade verbais, nós/ a gente, indeterminação do sujeito, fechamento de turnos, entre outros.

E quanto ao seu objetivo argumentativo? Será que esse acúmulo de recursos garante ao texto NURC, *generalizante, abstrato, subordinado, hipotético e modalizado*, maior eficácia argumentativa? Será que, ao contrário, esse mesmo acúmulo não tem um efeito de sobrecarregar o texto, comprometendo a comunicação? Em que medida ele contesta nossas expectativas quanto aos padrões de língua oral coloquial, por reproduzir um modelo canônico de argumentação, mais próprio à língua escrita formal? As diferenças que observamos entre os textos NURC, APERJ e PEUL não nos autorizam a estabelecer qualquer julgamento de valor a respeito dos três estilos argumentativos descritos, mas representam indícios de que novas investigações podem levar ao estabelecimento de uma tipologia da argumentação na língua oral.